



Ministério do Esporte

Brasil no Esporte de Alto Rendimento
Esporte e Lazer da Cidade
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo
Rumo ao Pan 2007
Segundo Tempo

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Esporte, foram utilizados R\$ 423 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 685.548.543,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 423.460.965,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 685.548.543,00	Total realizado:	R\$ 423.460.965,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 123,8 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 87,4 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Esporte em 2005 a serem destacados foram:

- Programa 0181 “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” - Os resultados mais significativos em 2005 foram constatados na implementação da Bolsa Atleta, na implantação de centros científicos e tecnológicos para o esporte, na participação de delegação brasileira em competições internacionais de alto rendimento e em competições para pessoas portadoras de deficiência. Consideradas ações com bases inovadoras, o impacto da Bolsa Atleta e da Implantação de Centros deve atingir áreas antes sem intervenção, gerando resultados futuros mais relevantes para o programa. Já as ações mais conservadoras, como apoio a promoção de eventos e a capacitação de recursos humanos, promovem a continuidade e concretude com relação aos objetivos do programa.
- Programa 1250 “Esporte e Lazer da Cidade” – Foram 631.503 pessoas beneficiadas em atividades assistemáticas - eventos de lazer (significando um aumento de 215,09 % em relação à meta estabelecida); 112.055 pessoas inscritas em atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas); 303 núcleos em atividade, distribuídos em 102 municípios brasileiros; 1.981 empregos diretos gerados; 2.702 pessoas capacitadas em 151 ações de formação; e 1.720 eventos de lazer realizados, tais como ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos e passeios turísticos.
- Programa 0413 “Gestão das Políticas de Esporte e Lazer” - Capacitação de 250 gestores de esporte e lazer; formulação e aprovação pelo Conselho Nacional de Esporte da Política Nacional de Esporte, cujas bases foram estabelecidas na

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

I Conferência Nacional do Esporte; treinamento de 91 servidores, a partir da efetivação de 35 ações de capacitação, sendo 57,0% em eventos de qualificação e requalificação; 37% em desenvolvimento gerencial; 3% no Projeto Formar e 3% em curso de pós-graduação.

- Programa 1245 - “Inserção Social pela Produção de Material Esportivo” – Produção de 1.213.310 itens de material esportivo, beneficiando 6.730.150 pessoas; ampliação em 18,5% dos núcleos implementados, passando de 65 para 77 unidades de produção em atividade; atendimento de 5.357.087 beneficiários residentes em comunidades carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais; 12.700 detentos atuando diretamente no processo de confecção de material esportivo, em caráter de atividade continuada; implementação de unidade de produção do programa “Pintando a Liberdade” em Angola, na África, em agosto de 2005.
- Programa 1246 “Rumo ao Pan 2007” - O projeto básico da Vila Militar (Complexo Esportivo de Deodoro) foi finalizado; as obras de adaptação da Vila Militar foram iniciadas.
- Programa 8028 - “Segundo Tempo” - 601.044 alunos beneficiados, em 22 Unidades da Federação e 498 Municípios, por meio de 2.253 núcleos; 6.824 profissionais de educação física, beneficiados em processos de capacitação continuada, por meio de parceria com Universidade de Brasília; assistência preparatória da UNESCO para a construção e implantação de um sistema de avaliação para o programa; realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do país; inauguração dos cinco primeiros núcleos internacionais do programa, que beneficiaram 1 mil jovens angolanos, da capital Luanda e do interior do país.

ASPECTOS RELEVANTES

Abaixo, encontram-se os aspectos relevantes, destacados por programas:

Programa 0181 “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” - Os indicadores inicialmente propostos foram readequados para o exercício 2006/2007, de forma a expressar a concretude das ações do programa.

Programa 1250 “Esporte e Lazer da Cidade” - As atividades, inclusive os créditos decorrentes de emendas parlamentares, relativos às ações 5450 - “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer” e 3073 - “Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer”, que tratam basicamente de obras, não estão sob a responsabilidade da gerência do programa, o que representa 96,62 % do total de recursos. O mesmo ocorre com a ação “GAP”, cuja execução não é realizada pela gerência do programa.

Programa 1245 “Inserção Social pela Produção de Material Esportivo” - As parcerias com organizações não-governamentais têm trazido inovações e resultados. Cita-se como exemplo a performance da Fundação de Amparo ao Menor de Feira de Santana (Bahia), a qual, buscando melhor utilização do recurso público, construiu uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de pneus, a ser inaugurada no início de 2006. Tal iniciativa, além de possibilitar aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atende às exigências ecológicas. É importante registrar, que a “Internacional Blind Sports Association” (IBSA) adotou a bola com guizo, específica para a prática de esporte por deficientes visuais, produzida pelo programa, como item oficial de suas competições.

Programa 8028 - “Segundo Tempo” - Em 2005 foi implementada a Assistência Preparatória, assinada com a UNESCO em 2004, visando à construção e implantação de um sistema de avaliação do programa. O processo já está em fase conclusiva e prevê-se para o mês de julho de 2006 a entrega do documento final, com a definição dos indicadores de avaliação de projetos esportivos sociais, bem como o Projeto de Cooperação (PRODOC), que apresentará a metodologia de avaliação para o “Segundo Tempo”.

As principais dificuldades estão listadas a seguir:

Programa 0181 “Brasil no Esporte de Alto Rendimento” – Houve contingenciamento orçamentário, que gerou atrasos na execução das ações, evitando o cumprimento do planejamento. Além disso, houve atraso na liberação de recursos. Grande parte dos recursos das principais ações do programa foi liberada no mês de dezembro, o que, operacionalmente, dificultou o atendimento à demanda planejada. Ocorreram ainda dificuldades em licitações e celebração de contratos. Especificamente com relação à ação 8005 - “Detecção de Talentos Esportivos”, não houve tempo hábil para realizar a licitação da compra de kits para executar a ação. Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência. Em função da pequena quantidade de funcionários não houve capacidade operacional plena para a celebração de vários convênios. E ainda ocorreram dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes estaduais e municipais.

Programa 1250 “Esporte e Lazer da Cidade” - As atividades, inclusive os créditos decorrentes de emendas parlamentares, relativos às ações 5450 - “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer” e 3073 - “Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer”, que tratam basicamente de obras, não estão sob a responsabilidade da gerência do programa, o que representa 96,62 % do total de recursos. O mesmo ocorre com a ação “GAP”, cuja execução não é realizada pela gerência do programa. A principal limitação foi, mais uma vez, a decorrente de limites financeiros derivados do contingenciamento de recursos e da distribuição interna ao ME dos limites concedidos. Outros fatores, como a ausência de capacidade instalada em possíveis convenientes, principalmente no campo do desenvolvimento tecnológico, e entraves burocráticos também dificultaram algumas execuções. Como exemplo podemos citar a ação 8497 “Concessão de Prêmio de Literatura” que, ao final do ano, teve suas peças regulamentares e normativas prontas, mas pela indisponibilidade de limites teve que ser transferida para execução em 2006. Como explicado, a distribuição desfavorável de recursos ao programa em relação a outros programas do Ministério acarretou sérias limitações à execução orçamentária.

Programa 0413 - “Gestão das Políticas de Esporte e Lazer” - O programa sofreu cortes de verbas que impactaram na execução orçamentária e no conseqüente alcance das metas físicas. Outros fatores também influenciaram na retração das metas da ação “Capacitação de Gestores”, dada a impossibilidade de celebrar parcerias com a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL) e com o Fórum de Gestores Estaduais, bem como nas metas da ação “Capacitação de Servidores”, onde o resultado poderia ter sido melhor se não ocorressem os seguintes problemas: pouca participação de servidores no levantamento das necessidades de capacitação; comunicação incipiente; poucos canais de influência sobre as decisões estratégicas; falta de incentivo; insatisfação dos servidores; e rotatividade de pessoal nos níveis gerenciais, comprometendo os subsistemas de recursos humanos.

Programa 1246 - “Rumo ao Pan 2007” - Em função de a Medida Provisória 233, de 30/12/2004, que criou os cargos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva do Pan (SEPAN) ter perdido sua validade em agosto de 2005, uma série de requisitos a serem cumpridos durante esse exercício não puderam ser implementados. Além disso, houve uma série de modificações estruturais no projeto da Vila Militar, com a inclusão de novos equipamentos esportivos, o que inviabilizou a publicação do Edital de Licitação em 2005 para início das obras em 2006.

Programa 8028 “Segundo Tempo” - A descontinuidade do fluxo orçamentário impactou na execução do programa, causando “gargalos” em determinados períodos. Ao fim do exercício 2005, entidades públicas deixaram de ser atendidas, quer por inadimplência à época, quer por escassez de recursos ou impossibilidade de renovação imediata dos convênios, uma vez que se encontram orientados pela Lei nº. 8.666/93 e não podem ser aditivados em mais de 25%. Por se tratar de um programa continuado e social, faz-se necessário rever os procedimentos de renovação de convênio ou utilizar um outro instrumento legal que permita garantir a continuidade dos projetos de forma ágil e a manutenção das atividades esportivas junto às crianças, evitando a descontinuidade que ocasiona a evasão e a desmotivação dos alunos, bem como da comunidade local que muitas vezes se envolve nas atividades.

RECOMENDAÇÕES

- Programa 0413 “Gestão das Políticas de Esporte e Lazer” - Reestruturação do processo de gestão, que em muitos momentos confunde-se com os programas finalísticos.
- Programa 1245 - “Inserção Social pela Produção de Material Esportivo” - No processo de alocação interna ao órgão, o programa necessita promover uma fiscalização mais intensa nos núcleos e, conseqüentemente, o aumento da eficácia do processo de avaliação e aperfeiçoamento das atividades atinentes às suas ações.
- Programa 1246 “Rumo ao Pan 2007” - As metas físicas das ações não refletem claramente a intervenção a ser feita e devem ser atualizadas a partir da definição do plano de gerenciamento global das ações governamentais. É necessário, ainda, definir os indicadores de desempenho de maneira que possam refletir níveis de intervenção junto às ações do programa, assim como o processo de gerenciamento estratégico de cada área funcional.
- Instituir instrumentos formais de monitoramento, que forneçam outras informações, além dos relatórios do Comitê Organizador dos Jogos, dos parceiros e das eventuais visitas *in loco*. Para 2006 está sendo contratada, com o suporte do PNUD, consultoria especializada para avaliar o desenho de mecanismos de monitoramento tanto da execução física como financeira e orçamentária das áreas funcionais sob a responsabilidade do programa 1246.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

OBJETIVO

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promovendo a imagem do país no exterior.

PÚBLICO-ALVO

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 53.756.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 31.244.755,00 Pago estatais: - Total: R\$ 31.244.755,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 1,07% em 2004

Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008.

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (1,32% - Olimpíada de Sydney); 2004 (Olimpíada de Atenas) e 2008 (Olimpíada de Pequim).

2. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 11,34% nos Jogos Pan-Americanos de 2003, em Santo Domingo

Índice previsto ao final do PPA: 14% nos jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

É perfeitamente factível o alcance do índice nos Jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

3. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 42,8% nos Jogos Parapan-Americanos de 2003, em Santo Domingo

Índice previsto ao final do PPA: 50% nos Jogos Parapan-Americanos de 2007, no Rio

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

É perfeitamente factível o alcance no índice nos Jogos Parapan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

4. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARA-OLÍMPICOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 2,10% em 2004

Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (3,85% - Para-Olimpíada de Sydney), 2004 (Para-Olimpíada de Atenas) e 2008 (Para-Olimpíada de Pequim).

5. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 28,7% em 2002

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2002 e 2006.

6. TAXA DE COLOCAÇÃO DOS ATLETAS ENTRE OS 20 PRIMEIROS COLOCADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 53% em 2004

Índice previsto ao final do PPA: Não há índice ao final de 2007, uma vez que a próxima competição será em 2008

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2000 (44,56% - Olimpíada de Sydney), 2004 (Olimpíada de Atenas) e 2008 (Olimpíada de Pequim).

7. TAXA DE COLOCAÇÃO DOS ATLETAS ENTRE OS 5 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 64,68% nos Jogos Pan-Americanos de 2003, em Santo Domingo

Índice previsto ao final do PPA: 70% em 2007

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

É perfeitamente factível o alcance no índice nos Jogos Pan-Americanos de 2007, que serão realizados no Rio de Janeiro.

8. TAXA DE COLOCAÇÃO DOS ATLETAS ENTRE OS 3 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 94,87% em 2002

Índice previsto ao final do PPA: -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A competição acontece de quatro em quatro anos, o que leva à apuração do índice apenas nos anos de 2002 e 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um país com grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas, porém, apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em Jogos Pan-Americanos e Olímpicos estão aquém das potencialidades nacionais. Nas Olimpíadas de Sidney, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países como Quênia, Argélia e Bahamas, cuja população, economia e desenvolvimento tecnológico são muito menores.

Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do país no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais assim como este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira. Assim sendo, o apoio ao esporte de alto rendimento nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente no incentivo à prática e consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 972 atletas beneficiados com a concessão da Bolsa Atleta.
- 3 centros científicos e tecnológicos para o esporte implantados.
- 328 atletas apoiados para participação em competições internacionais de alto rendimento, sendo 106 atletas portadores de deficiência.

- 358 atletas de alto rendimento avaliados.
- 760 pessoas capacitadas para atuação na gestão do esporte de alto rendimento.
- 1607 atletas beneficiados nos núcleos de categoria de base do esporte de alto rendimento.

Os resultados mais significativos em 2005 foram constatados na implementação da Bolsa Atleta, na implantação de centros científicos e tecnológicos para o esporte, na participação de delegações brasileiras em competições internacionais de alto rendimento e em competições para pessoas com deficiência. Consideradas ações com bases inovadoras, o impacto da Bolsa Atleta e da Implantação de Centros deve atingir áreas antes sem intervenção, gerando resultados futuros mais relevantes para o programa. Já as ações mais conservadoras, como o apoio à promoção de eventos e a capacitação de recursos humanos, dão continuidade e concretude aos objetivos do programa.

Merece destaque a ação “Concessão de Bolsa a Atletas”, em que o Ministério do Esporte priorizou o atendimento aos atletas Olímpicos, Para-Olímpicos e Internacionais, ocasionando o aumento do custo unitário médio e conseqüentemente diminuindo o número de bolsas previstas, que era de 1.294. Apesar disso, foram alcançados 75,12% de execução física. A liberação do pagamento aos atletas é feita em 12 parcelas iguais e mensais, sendo a primeira condicionada à publicação do Termo de Adesão assinado pelas partes. É importante destacar que, das 9.807 inscrições on-line, foram analisadas 7.691, tendo 1.148 atletas apresentado a documentação completa; dentre estes, 972 atletas foram beneficiados, o que corresponde ao atendimento de 84,66% dos atletas em condições de receber o benefício.

Além disso, ação “Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento” ultrapassou em 186% a meta prevista, ao beneficiar 1.607 atletas nos Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento. A meta foi superada em função de otimização dos recursos na busca de parceria para a execução da ação. Nesta ação há sempre uma expressiva demanda reprimida à espera de atendimento. Foram apoiados Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de atletismo, esgrima, ginástica olímpica, judô, levantamento de peso, natação e taekwondo. Para pessoas com deficiência foram apoiados Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de basquete em cadeira de rodas, tênis de mesa, halterofilismo, natação e atletismo, bem como para atender às deficiências física, mental, auditiva e visual.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

No geral, o cumprimento de metas físicas esteve dentro do previsto. A avaliação geral do cumprimento das metas físicas desconsidera as distorções ocorridas na execução de algumas ações (muito acima ou muito abaixo) em relação à previsão inicial, em função de questões específicas, chegando-se a uma média de execução de 81,89%.

A execução das ações do Programa em relação ao percentual de execução financeira, teve o seguinte comportamento: (1) 2360 – “Captação e Promoção de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento” – 99,55%; (2) 09HW – “Concessão de Bolsa a Atletas” - 99,54%; (3) 2490 – “Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento” - 92,46%; (4) 1616 – “Modernização

de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte” – 92,04%; (5) 2586 – “Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência” – 91,82; (6) 1055 – “Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte” – 86,15; (7) 2440 – “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos para o Esporte de Alto Rendimento” – 79,51%; (8) 2504 – “Promoção de Eventos Esportivos de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência” – 77,95%; (9) 2358 – “Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento” – 69,72%; (10) 2500 – “Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento” – 57,73%; (11) 2456 – “Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento” – 52,65%; (12) 8003 – “Avaliação de Atletas de Alto Rendimento” – 47%; (13) 2E02 – “Fomento a Projetos de Esporte de Base” – 34,06%; (14) 8005 – “Detecção de Talentos Esportivos” – 11,43%.

A ação “Implantação de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte” que teve seu início em 2004, com a inauguração na cidade de Manaus do Centro de Alto Rendimento da Região Norte, gerando grandes ganhos para o esporte da região nas modalidades agraciadas. Os atletas não precisam sair de seu lugar de origem para se destacarem em nível nacional e até internacional. Em 2005, o Centro teve um aporte de recursos para a modalidade de tênis de mesa e para a remuneração de serviços pessoais.

Contudo, as negociações com parcerias para a implantação de centros dificultaram a execução da ação e somente em dezembro foi dado início a implantação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Região Centro-Oeste, em Taguatinga, Distrito Federal. A construção e aquisição de materiais esportivos para Núcleos de Esporte de Base nas modalidades de levantamento de peso, taekwondo e esgrima, na Universidade Federal de Minas Gerais e a aquisição de materiais esportivos para as modalidades de ginástica olímpica e judô, no Minas Tênis Clube, foram apoiadas em 2005. Foi apoiada, ainda, por meio de emenda parlamentar, a implantação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão em São Paulo.

A ação “Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento” foi contemplada com 4 emendas orçamentárias, das quais 2 foram executadas, beneficiando 2.520 pessoas. A meta física de uma das emendas que deixou de ser realizada representou 91,07% da meta prevista para esta ação ficando, assim, prejudicada a sua execução física. Também houve alteração na estratégia de execução da ação: ao invés de apoiar apenas um único evento nacional, como estava previsto, foram apoiados 3 eventos. Portanto, os cinco eventos apoiados (as duas emendas executadas e os três eventos nacionais) representaram 8,93% da meta prevista.

A meta física da ação “Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Alto Rendimento” foi superada (117,46%), beneficiando 222 atletas. No entanto, é importante registrar que a demanda é exponencialmente superior aos recursos alocados. O orçamento de 2005 foi de R\$ 1,15 milhão, ao passo que o total da demanda das confederações registradas no Calendário Esportivo Nacional (CDN) foi da ordem de R\$ 1.45 milhão. Deve ser ressaltado que não cabe ao Estado o financiamento integral das competições esportivas, no entanto, há necessidade de expansão dos recursos para esta ação, tendo em vista a demanda, principalmente no ano de 2006, com o início das competições classificatórias para os Jogos Olímpicos de Pequim, China em 2008, começando pelos Jogos Sul-Americanos de 2006, Jogos Pan-

Americanos de 2007, no Rio de Janeiro e eventos tais como campeonatos mundiais e torneios pré-olímpicos.

A ação “Detecção de Talentos Esportivos”, em função do atraso na licitação dos kits de avaliação, praticamente não teve execução, isto é, dos 25 mil atletas previstos, apenas 977 (3,91%) foram identificados. Outro baixo desempenho ocorreu na ação “Fomento a Projetos de Esporte de Base”, que está baseada em emendas parlamentares. O descontingenciamento de recursos que só ocorreu em dezembro e o corpo técnico necessário para as tarefas de análise, aprovação e execução da demanda insuficiente exerceram impacto direto na execução da ação, fazendo com que a meta física atingida ficasse praticamente em zero, uma vez que da meta prevista de 200 mil projetos apoiados, apenas quatro foram contemplados: Construção da Vila Olímpica Vila Isabel no Rio de Janeiro (RJ), Construção da Vila Olímpica em Nova Iguaçu (RJ), Construção da Vila Olímpica em Maceió (AL) e Construção de Velódromo em Brasília (DF). Mesmo com essa ressalva, considerando-se o custo médio dos projetos apoiados, fica visível que a meta proposta para a ação é inadequada.

Os recursos disponibilizados para o programa foram suficientes na medida em que, com uma média de utilização de 58,11% dos recursos pôde-se chegar a cerca de 80% de atendimento das metas físicas. No entanto, a suficiência dos recursos foi diretamente dependente do prazo de sua liberação para utilização, ou seja, o maior montante dos recursos disponibilizados ao programa ocorreu no mês de dezembro, dificultando assim um maior atendimento em função da demanda estocada.

Apesar de a LOA 2005 refletir aproximadamente o projeto proposto, o fluxo de recursos não foi compatível, em nenhum momento, com a execução planejada. Em função da disponibilização de grande parte dos recursos no final do exercício, como citado anteriormente, a programação teve que ser refeita, inclusive com prejuízo para algumas ações que têm prazos rígidos a cumprir.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura do programa, além do número pequeno de técnicos, os equipamentos de informática, incluindo terminais e impressoras, são em número reduzido. A situação agrava-se com relação aos recursos humanos, uma vez que parte do pessoal não tem qualificação adequada, além de estar em desvio e incompatibilidade de funções. É importante registrar que a operacionalização dos serviços foi quase que totalmente realizada com força de trabalho terceirizada, situação esta merecedora de diversas observações ao longo do ano, inclusive por auditoria da Controladoria Geral da União, realizada no primeiro semestre de 2005.

Sendo a demanda maior que a capacidade de trabalho da equipe, são necessários, pelo menos, mais 10 funcionários que tenham conhecimento sobre gerenciamento de projetos, elaboração de convênios e computação, para distribuição em trabalhos específicos como a Bolsa Atleta, Núcleos de Esporte de Base e Descoberta de Talentos Esportivos.

Outras restrições enfrentadas pelo programa dizem respeito à: (1) dificuldade de celebração de convênios por inadimplência de diversos entes estaduais e municipais por impedir a celebração de alguns convênios; (2) inadequação na execução das ações 2272 – “Gestão e Administração do Programa” e 4641 – “Publicidade de Utilidade Pública”, uma vez que apesar de terem bons índices de execução, respectivamente

93,54% e 99,87%, essas ações são executadas por outras unidades do ME e não são utilizadas diretamente no programa; (3) ao excesso de ações que causaram sobreposição na intervenção, razão pela qual estão sendo propostas aglutinações de algumas ações e exclusões de outras para o exercício de 2007; (4) os indicadores deveriam expressar a concretude das ações do programa, no entanto, em função de sua sazonalidade, que em alguns casos se confunde com a própria duração do PPA e a sua baixa governabilidade em relação ao programa, fizeram com que os mesmos fossem readequados para o exercício 2006/2007.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento do programa é realizado por ação específica, por meio de relatório de execução. A periodicidade depende da característica de implementação da ação. O modelo utilizado é muito restrito. No entanto, dentro das condições administrativas possíveis, foi a forma encontrada para manter uma relação de acompanhamento e monitoramento das ações. Existem algumas situações excepcionais que permitem monitorar o desempenho físico por meio de sistema informatizado.

O programa não avalia a satisfação dos beneficiários e não dispõe de mecanismos de participação social pela dificuldade relacionada à quantidade e qualificação dos recursos humanos existentes, já mencionada anteriormente, o que impede o avanço na sistematização de instrumentos para este fim.

Grande parte das parcerias do programa são formadas com entes não-governamentais (entidades administradoras e praticantes do esporte) e, por serem parcerias históricas, o seu desempenho tem sido muito bom, muitas vezes superando a parceria governamental pela agilidade e transparência dos processos.

A execução do programa é um processo que tem evoluído na medida do seu acompanhamento e avaliação temporais. Com isso o próprio desempenho da gestão tem melhorado, mas ainda depende muito de questões administrativas desvinculadas do modelo de gestão em vigor. Isso vem sendo atenuado com o passar do tempo e acredita-se que tem toda a possibilidade de melhorar ainda mais. Desta maneira o programa vai caminhando com essas mudanças e considerando tudo aquilo que foi lançado na avaliação.

RECOMENDAÇÕES

- As ações 2272 – “Gestão e Administração do Programa” e 4641 – “Publicidade de Utilidade Pública” são coordenadas, formalmente, dentro da gerência, sendo executadas fora da unidade administrativa responsável e sem conhecimento da gerência do programa. É necessária a realização de articulação interna no sentido de adequar a gestão ao modelo do programas.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

OBJETIVO

Promover o atendimento da demanda por lazer da população em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da melhoria de sua qualidade de vida.

PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 365.848.600,00	Empenho Liquidado: R\$ 219.852.834,00 Pago estatais: - Total: R\$ 219.852.834,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER

Unidade de medida: Unidade

Último índice apurado: 9.076.455 em 31.12.2005

Índice previsto ao final do PPA: 103.040.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O índice apurado equivale apenas aos atendimentos realizados nas atividades sistemáticas. Este indicador, em função da revisão para 2006, passa a ser apenas uma indicação de meta física. Foi desenvolvido um novo indicador para o programa, a "Taxa de atendimento da demanda de esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social", em consonância com a PNAD/IBGE, já sendo possível sua aferição no exercício de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa justifica-se pela constatação da necessidade de políticas públicas que venham a atender às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

O programa é executado de forma descentralizada, por meio da celebração de convênios com Municípios, Estados e entidades não governamentais, considerando-se a disposição dos agentes e parceiros em garantir a gestão participativa e

democrática do programa, afirmando o esporte e o lazer como direitos sociais, e nesta perspectiva:

1. Fomenta a implantação dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer.
2. Aplica metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas.
3. Programa a formação de agentes sociais de esporte e lazer em conformidade com os requisitos conceituais do programa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 631.503 mil pessoas beneficiadas em atividades assistemáticas - eventos de lazer - significando um aumento de 215,09 % em relação à meta estabelecida.
- 112.055 pessoas inscritas em atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas).

Deste total, 51.259 eram crianças e adolescentes. 23.618 jovens; 18.451 adultos e 18.727 idosos. Destaca-se que 6.354 participantes eram pessoas com deficiência e ou com necessidades especiais. É importante ressaltar que se trata de inscrições efetivas em oficinas permanentes e ou rotativas das diversas modalidades e linguagens que o programa oferece, em horários pré-definidos.

- 303 núcleos em atividade, distribuídos em 102 Municípios brasileiros.
- 1.981 empregos temporários gerados.
- 2.702 pessoas capacitadas em 151 ações de formação.
- 1.720 eventos de lazer realizados: ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos, passeis turísticos e outros.

Na ação 2428 - "Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e do Lazer", que visa a difundir a produção do conhecimento sobre o esporte recreativo e de lazer, promovendo o intercâmbio científico e tecnológico entre os profissionais da área e atualizando o conhecimento sobre o tema, havia uma previsão inicial de 4 eventos, no entanto foram realizados 7 eventos. Isso foi possível a partir da determinação do Ministério em apoiar determinados eventos, considerados prioritários.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira média de 60%. As principais ações tiveram os seguintes percentuais de execução financeira: 2667 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", 83,55 %; 2428 - "Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e Lazer", 78,05 %; 5450 - "Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", 58,49 % e 3073 - "Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer", 71,94 %.

Na principal ação do programa em termos de resultados, 2667 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer", foram executados R\$ 7,3 milhões, dos quais R\$ 1.8 milhão em emendas. Para alcançar este nível de execução financeiro, foi necessário remanejar valores de outras ações do programa, priorizando as atividades sistemáticas (oficinas esportivas e culturais, permanentes e rotativas) e assistemáticas (eventos de lazer) nos 303 núcleos existentes. Cabe mencionar que o

projeto “Pintando a Liberdade” contribuiu com o fornecimento de cerca de 12.275 itens esportivos, entre bolas esportivas e redes.

A ação 5450 - “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer” busca a ocupação de espaços públicos, presentes em perímetro urbano e rural, mediante construções, provimento de equipamentos e materiais esportivos e de lazer, tais como quadras esportivas, ginásios, brinquedotecas, salas de recreação, entre outras instalações voltadas ao atendimento das necessidades e demandas das comunidades. É importante ressaltar o significativo incremento de recursos orçamentários oriundos de apresentação de emendas parlamentares, quando da votação da Lei no Congresso Nacional. Em virtude dos limites para movimentação e empenho não houve a possibilidade de executar os recursos previstos de forma integral.

Quanto à meta física, verifica-se uma execução de apenas 16,97% da previsão inicial, apesar da execução financeira de 58,49%. Desta forma, o não atendimento da meta na forma prevista é em parte motivado pelo contingenciamento dos recursos e pelo aumento do custo médio das obras em comparação com o previsto no orçamento de 2005.

É importante esclarecer, ainda, que a meta física nesta ação tem um tempo maior para execução por depender de diversos fatores ligados à entidade conveniada, tais como: demora na definição da entidade beneficiada, licitações, trâmites burocráticos, modificações nos projetos, clima, etc. Isso justifica grande parte da discrepância entre meta física e execução financeira, ou seja a execução da meta física, em muitos casos, se dá posteriormente ao preenchimento do relatório de avaliação.

A ação 3073 - “Modernização de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer”, que busca assegurar a acessibilidade aos espaços de esporte recreativo e de lazer por meio de reformas, ampliações de instalações e de equipamentos esportivos adequados a esses tipos de atividades, recebeu o aporte de recursos orçamentários oriundos de apresentação de emendas parlamentares. Foi registrada a execução física de 35,62% da previsão inicial, ao passo que a execução financeira foi de 71,94%. Observa-se que, além do contingenciamento dos recursos, houve aumento do custo médio das obras, reformas e ampliações, em comparação com o previsto na LOA 2005.

Assim a principal limitação para o programa foi, mais uma vez, decorrente de limites financeiros derivados do contingenciamento de recursos e da distribuição interna ao ME dos limites concedidos. A distribuição desfavorável de recursos ao programa, em relação a outros programas do Ministério, acarretou sérias limitações à execução orçamentária, principalmente porque a Gerência sequer sabia o montante do limite financeiro efetivamente destinado pelo ME ao Programa.

Contudo, outros tipos de restrições merecem destaque, por influenciar de forma significativa a implementação do programa:

- Ausência de capacidade instalada em possíveis convenientes - principalmente no campo do desenvolvimento tecnológico - e entraves burocráticos também dificultaram algumas execuções. Como exemplo cita-se a ação 8497- “Concessão de Prêmio de Literatura” que, ao final do ano, teve suas peças regulamentares e normativas prontas, mas pela indisponibilidade de limites teve que ser transferida para execução em 2006.

- Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes são por demais conhecidas as dificuldades dos entes governamentais, seja da esfera municipal (principais convenientes), seja da estadual, de manterem-se adimplentes face ao governo federal, por motivos os mais variados e já analisados em estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dessa forma, embora tivesse sido estabelecida uma programação prévia das possibilidades de empenho dos recursos, a execução financeira realizada foi conjugada à prontidão das peças processuais referentes aos convênios.
- Baixa capacidade governamental de integração de políticas setoriais na busca da abordagem transversal aos problemas sociais, principalmente se levado em conta o alto potencial intersetorial oferecido pelos programas de esporte e lazer em todas as suas dimensões. Mesmo assim já foram realizadas algumas ações conjuntas com os Ministérios da Saúde, Ciência e Tecnologia, Educação e Relações Exteriores.
- Inadequação de norma legal, haja vista que as instruções normativas I e II da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), respectivamente de outubro e dezembro de 2005, ampliaram ainda mais as dificuldades para os entes vinculados a instâncias estaduais colocarem-se aptos a receber recursos do governo federal.
- Na execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério, isto é, a gerência do programa não exerce influência e, embora tenha sinalizado a necessidade do compartilhamento das informações e de integração das instâncias mencionadas, não obteve retorno no sentido de contornar as restrições do programa.
- A ação “GAP” coordenada formalmente pela gerência é, no entanto, executada fora da unidade administrativa responsável. É necessário aumentar o nível de articulação interna no sentido de adequar a gestão ao modelo do programa.
- Além disso, as instalações físicas (prédio, mobiliário e equipamentos), somadas ao pequeno número de técnicos, são insuficientes para um adequado gerenciamento, principalmente se considerada a perspectiva de ampliação do atendimento do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Usando-se como índice de referência a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD/IBGE), dados referentes às tabelas 5.2 e 7.6.1. da síntese dos indicadores de 2003 com relação à população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, pessoas pertencentes à famílias com renda até 1/2 salário mínimo per capita ou sem rendimentos, o dimensionamento do público-alvo do programa representa 48.985.599 pessoas.

O aperfeiçoamento do programa passa pela qualificação e diversificação dos mecanismos de avaliação de políticas públicas de esporte e lazer voltadas tanto para a análise dos preceitos conceituais que o animam quanto para “o programa em ação”, onde se aferiria os limites e possibilidades concretas de sua implementação. Integrado a tal movimento e pensado em nível maior de totalidade, o avanço na construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer tem relevância impar no necessário enfrentamento dos desafios presentes na gestão pública em todos os níveis de governo.

A proposta de implantar um programa de alcance social explorando o binômio “intervenção e desenvolvimento científico e tecnológico” mostra-se bastante interessante e viável do ponto de vista da gestão. As ações desenvolvidas nos núcleos de estudos e pesquisas voltados ao desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer (Rede Cedes) têm como campo de interesse a melhoria da gestão de programas de intervenção e, em certos casos, tais programas são desenvolvidos em ações de extensão ou aplicação, superando a lógica empírica ainda muito presente na área da gestão esportiva e de lazer, pela qual dá-se mais importância à “experiência” vivida do que à gestão do conhecimento, onde a informação e documentação esportiva ganham relevância.

Foi desenvolvido e aplicado, em 2005, um protocolo de monitoramento para a ação 2667 - “Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”. As primeiras avaliações são muito positivas quanto ao aproveitamento das informações e dados coletados, que são enviados a cada quatro meses, detalhando as principais ações - eventos, atividades de capacitação de pessoal, participação popular e controle social e dados quantitativos referentes ao atendimento realizado. Há dificuldades para o estabelecimento de uma agenda de visitas, devido à insuficiência de recursos financeiros. Mesmo assim foi possível em 2005 acompanhar presencialmente algumas ações, notadamente aquelas cujos relatórios demonstraram situações exemplares positivas e outras que necessitaram de alguns ajustes.

Em relação ao projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, foram realizadas algumas visitas aos locais de funcionamento de Núcleos e estão sendo avaliados os relatórios de execução dessas atividades. Os relatórios estão sendo aperfeiçoados principalmente em relação à caracterização mais precisa da quantificação de participantes nas faixas etárias atendidas pelo programa.

Quanto ao projeto social, os indicadores de taxa de cobertura e número de atendimentos oferecem boas condições de avaliação de desempenho. Já o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente pelo caráter inovador e pela complexidade de suas ações, ainda não possui indicadores capazes de aferir a efetividade de seus objetivos e metas. As avaliações dos primeiros projetos desenvolvidos em 2004 e 2005 trarão, com certeza, subsídios para tais elaborações em 2006.

Os recursos destinados ao programa foram predominantemente oriundos do orçamento ministerial, acrescidos das contrapartidas dos convenientes e suplementados por recursos oriundos de emendas parlamentares (individuais e de comissões), inclusive para ações de custeio do programa. Para 2006, por meio de ações articuladas pela gerência do programa junto ao Congresso Nacional, busca-se orientar a apresentação de emendas parlamentares destinadas prioritariamente ao funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer e ainda ao funcionamento de Núcleos de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer (Rede Cedes).

Além da utilização da Ouvidoria do Ministério, os mecanismos de participação social são assegurados por meio de reuniões com organizações não-governamentais, movimentos sociais organizados, de distintos cortes (de gênero, etário, interesse, estudantil, acadêmico, deficientes físicos e outros), pela própria característica conceitual do programa articulam-se na busca de interlocução com vistas à viabilização de convênios.

Além das comissões municipais e estaduais de esporte e lazer que são, em particular, instâncias com as quais o programa mantém interlocução sistemática, o Núcleo ou o conjunto de Núcleos de esporte recreativo e lazer existentes no Município são administrados por um grupo gestor. Trata-se de uma instância de gestão de natureza deliberativa, composta por sujeitos diretamente envolvidos com as atividades desenvolvidas nos núcleos e com atribuições de acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações dos convênios celebrados.

No que tange à sua dimensão de projeto social esportivo e de lazer, a participação social tem sido determinante na consecução dos preceitos que lhe dão sustentabilidade conceitual, nos quais a lógica da gestão democrática, reconhecedora do papel social da cidade, vem sendo privilegiada. No que é pertinente ao projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, a participação social serve de parâmetro para os estudos e pesquisas voltados para a gestão pública no campo do esporte e do lazer, nos quais busca elementos para a ampliação de sua qualificação.

Por meio dos protocolos de monitoramento das atividades desenvolvidas nos Núcleos, por enquanto, os coordenadores são estimulados a realizarem consultas de satisfação do usuário. As informações coletadas são incluídas nos relatórios, não tendo merecido, contudo, até o presente momento, tratamento adequado à aferição de seu sentido e significado.

As atividades, inclusive créditos decorrentes de emendas parlamentares, das ações 5450 - “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e Lazer” e 3073 - “Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer”, que tratam basicamente de obras e representam 96,62% do total de recursos não estão sob a responsabilidade da gerência do programa.

RECOMENDAÇÕES

- Estudar formas de aperfeiçoamento da gestão do programa mediante uma articulação interna maior no âmbito do Ministério do Esporte.

GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte.

PÚBLICO-ALVO

Governo.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado: R\$ 3.549.954,00
R\$ 7.854.000,00	Pago estatais: -
	Total: R\$ 3.549.954,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário
-	-

INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Na modernização da atuação do Estado as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos, o que configura a necessidade institucional de estabelecimento de programas específicos de gestão de políticas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 250 gestores de esporte e lazer.
- Formulação e aprovação, pelo Conselho Nacional de Esporte, da Política Nacional de Esporte, cujas bases foram estabelecidas na I Conferência Nacional do Esporte.
- Treinamento de 91 servidores, a partir da efetivação de 35 ações de capacitação, sendo 57% em eventos de qualificação e requalificação; 37% em desenvolvimento gerencial; 3% no Projeto Formar; e 3% em curso de pós-graduação.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira de 45,2%, sendo que a ação 2366 – “Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer”, detentora da menor execução

financeira, 4,71%, realizou 41,66 % da meta física. A ação 3956 – “Implantação do Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME)” teve a segunda menor execução, isto é, 6,5%.

Na média, as ações do programa tiveram uma baixa execução física e financeira. As restrições impostas pelo contingenciamento orçamentário e a definição de outras prioridades explicaram na pequena execução física da maioria das ações do programa. Ainda assim, deve ser registrado o resultado alcançado pela ação 4572 – “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, que apresentou uma execução física de 60,66%.

Apesar de a ação 3987 – “Diagnóstico da Estrutura Nacional Esportiva e de Lazer” apresentar execução financeira de 76,26% e nenhuma execução física, efetivamente, foi possível coletar, embora com algum atraso, as informações sobre a estrutura esportiva em todos os Estados e Municípios brasileiros. Nesse sentido, cabe ressaltar, a dificuldade de execução do convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (órgão responsável pelo diagnóstico), uma vez que, em função do atraso na liberação de recursos, ocorreu atraso no encaminhamento dos resultados finais do trabalho, prejudicando outras ações, como por exemplo a II Conferência Nacional do Esporte, a ser realizada em abril de 2006.

Além do contingenciamento, que teve impacto direto na execução orçamentária e no conseqüente alcance das metas físicas, outros fatores também influenciaram na retração das metas das seguintes ações: (1) na ação 2366 - “Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer”, ressalta-se a impossibilidade de celebrar parcerias com a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL) e com o Fórum de Gestores Estaduais; (2) na ação 4572 “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação” o resultado poderia ter sido melhor se não houvesse os seguintes fatores: pouca participação de servidores no levantamento das necessidades de capacitação; comunicação incipiente; poucos canais de influência sobre as decisões estratégicas; falta de incentivo e insatisfação dos servidores; e rotatividade de pessoal nos níveis gerenciais, comprometendo os subsistemas de recursos humanos.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A parceria com a Unesco ainda está em construção, no entanto pequenas parcerias com instituições científicas e universidades, realizadas em 2005, transcorreram de maneira satisfatória. Estão constituídos o Fórum dos Gestores Estaduais de Esporte e Lazer e a Associação dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer (ASMEL), com os quais são mantidas estreitas relações dentro do escopo deste programa. Foi realizado, em outubro de 2005, o Fórum “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e de Lazer” como estratégia para subsidiar os trabalhos e as discussões da II Conferência Nacional de Esporte.

RECOMENDAÇÕES

- Reestruturação do processo de gestão do programa, que em muitos momentos se confunde com os programas finalísticos.

INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a Lei e populações em situação de vulnerabilidade social.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 14.485.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 12.402.758,00 Pago estatais: - Total: R\$ 12.402.758,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 33,33 em 01/02/2004

Índice previsto ao final do PPA: 33,33

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

O programa promoveu, de acordo com as informações prestadas pelos Diretores dos Presídios e similares, onde funcionam as atinentes Unidades de Produção em todo Brasil, uma transformação no dia-a-dia dos detentos, geralmente marcada pela ociosidade, rebeliões e planos de fuga. Os resultados são os melhores possíveis. De acordo com os Fundos Penitenciários dos Estados, o índice de reincidência carcerária nas penitenciárias onde se instalou o programa é de cerca de 30%, enquanto em outras instituições que não têm o programa é de 60% a 90%. Com isso, ex-detentos conseguem transformar suas vidas mediante novas perspectivas e oportunidades. Justifica-se, portanto, o alcance do índice.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Originado a partir da ação “Pintando a Liberdade” inserida no programa “Reestruturação do Sistema Penitenciário” do Ministério da Justiça, este programa representa a ampliação da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo governo à geração de

emprego e renda definiu a montagem de unidades de produção em três linhas de ações, todas elas destinadas à geração de material esportivo: a) Pintando a Liberdade – destinado à reintegração do detento junto à sociedade; b) Pintando a Esperança - destinado à reinserção social do adolescente em conflito com a lei; c) Pintando a Cidadania - destinado à geração de emprego e renda em comunidades socialmente vulneráveis.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Produção de 1.213.310 itens de material esportivo, beneficiando 6.730.150 pessoas.
- Ampliação dos núcleos implementados em 18,5%, passando de 65 para 77 unidades de produção em atividade.
- 5.357.087 pessoas beneficiadas, residentes em comunidades carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.
- 12.700 detentos atuando diretamente no processo de confecção de material esportivo como uma atividade continuada.
- Implementação de unidade de produção do “Pintando a Liberdade” em Angola, na África, em agosto de 2005.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Não houve alteração nos recursos previstos para o programa durante o processo de aprovação no Congresso Nacional e os recursos foram liberados no decorrer do exercício de 2005 em fluxo compatível com a programação, de acordo com o planejado pela área técnica do programa.

O programa teve um índice de execução orçamentária de 85,62%, o que permitiu alcançar 123% da meta física prevista em relação ao material esportivo produzido pelo conjunto das três linhas de atuação (ação 2362 “Produção de Material Desportivo por Detentos - Pintando a Liberdade”, ação 2382 “Produção de Material Desportivo por Adolescentes em Conflito com a Lei - Pintando a Esperança” e ação 2352 “Produção de Material Desportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania”), envolvendo 3.832 entidades em todas as Unidades da Federação.

É importante registrar que houve uma baixa execução física na ação 2362 – “Pintando a Liberdade” (63,76%), em função de os potenciais convenientes apresentarem, à época da formalização dos convênios, incompatibilidades inerentes às exigências documentais exigidas em lei, o que inviabilizou a regularização, em tempo hábil, do trâmite processual administrativo necessário para a celebração dos contratos.

Em sentido contrário, a superação da meta física da ação 2352 – “Pintando a Cidadania” (232,70 %) ocorreu em função da produção excedente de 518 mil camisetas, oriunda da ação 4377 – “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional”, para atender à demanda originalmente não prevista nesta ação.

Em função da ampliação de núcleos do programa, necessita-se adequar a infraestrutura atual às novas necessidades operacionais e melhorar a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial. O atual cenário suscita uma maior

demanda gerencial na elaboração e desenvolvimento de projetos, no planejamento e monitoramento e na fiscalização das ações do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias com organizações não-governamentais têm trazido inovações e resultados. Cita-se como exemplo a performance da Fundação de Amparo ao Menor de Feira de Santana, na Bahia, a qual, buscando a melhor utilização do recurso público, construiu uma pista de atletismo com material reaproveitável de fábricas de produção de pneus, a ser inaugurada no início de 2006. Esse projeto, além de possibilitar aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atende às exigências ecológicas.

É importante registrar que a International Blind Sports Association (IBSA) - Associação Internacional de Esportes para Cegos - adotou a bola com guizo, específica para a prática de esporte por deficientes visuais, produzida pelo programa, como item oficial de suas competições.

RECOMENDAÇÕES

- O programa necessita de majoração no orçamento destinado à GAP, objetivando-se, haja vista as peculiaridades do programa, uma fiscalização mais intensa nos núcleos e o conseqüente processo de avaliação e aperfeiçoamento das atividades atinentes às suas ações. O montante de recursos da GAP corresponde, atualmente, a 0,4% do total do programa.

RUMO AO PAN 2007

OBJETIVO

Realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 57.390.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 6.400.933,00 Pago estatais: - Total: R\$ 6.400.933,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

Esse programa não possui indicador, pois o programa tem um prazo curto de duração que não permite uma avaliação adequada. Em outras palavras, o programa só poderia ser avaliado por 2 anos (2006 e 2007 até a metade do ano) e apenas por meio do andamento das obras e dos preparativos em 2006 e com a realização dos jogos em 2007. Outrossim, indicadores de impacto adequados, tais como o aumento do comércio e turismo e a geração de emprego e renda só poderiam ser utilizados após o término do exercício de 2007 e uma única vez, visto que o programa se extinguiria em 2007.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-Americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que figurem o país entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Esse evento poderá se tornar um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura. Isso se deve ao fato de um evento desse porte propiciar impactos econômicos e sociais por meio da melhoria na estrutura e nos serviços, do fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, do aumento da oferta de empregos, do desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, do desenvolvimento econômico regional, da divulgação do país no exterior, do aumento do turismo interno e externo e da atração de novos eventos internacionais. Mas talvez o grande legado para o país, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhoria da sua auto-estima. Nesse panorama, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada

com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento em foco é o resultado de um processo que deve ter sua gestão contemplada como programa de governo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Finalização do projeto básico da Vila Militar (Complexo Esportivo de Deodoro).
- Início das obras de adaptação da Vila Militar.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma baixa execução financeira, isto é, apenas executou 11,15% dos recursos previstos. A ação 3950 – “Implantação de Infra-Estrutura para a Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro” alcançou 8,88 % da meta física e 10,55 % da execução financeira, enquanto a ação 2430 – “Realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro” teve uma execução financeira de apenas 10,57 %.

Em função de a Medida Provisória nº. 233, de 30/12/2004, que criou os cargos necessários ao funcionamento da Secretaria Executiva do Pan (SEPAN), ter perdido sua validade em agosto de 2005, uma série de requisitos a serem cumpridos durante esse exercício não puderam ser implementados. Além disso, houve uma série de modificações estruturais no projeto da Vila Militar, como a inclusão de novos equipamentos esportivos, o que inviabilizou a publicação do Edital de Licitação em 2005. A conclusão do processo licitatório ocorrerá no início de 2006.

Não existem instrumentos formais de monitoramento, apenas relatórios do Comitê Organizador dos Jogos, dos parceiros e eventuais visitas in loco. Para 2006 está sendo contratada, com o suporte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consultoria especializada para avaliar o desenho de mecanismos de monitoramento tanto da execução física como da financeira-orçamentária das áreas funcionais sob a responsabilidade do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por não haver um histórico, no Brasil, em relação aos sofisticados projetos que atendam às especificações técnicas exigidas pelas federações internacionais para competições do porte dos Jogos Pan-Americanos, houve um dispêndio de tempo superior ao inicialmente previsto na elaboração do projeto básico. Vale ressaltar que, segundo afirmação da gerência do programa, tal atraso não acarretará prejuízo ao prazo previamente estipulado para entrega das obras - junho de 2007, mês que antecede os Jogos.

RECOMENDAÇÕES

- As metas físicas das ações não refletem claramente a intervenção a ser feita e devem ser atualizadas a partir da definição do plano de gerenciamento global das ações governamentais.

SEGUNDO TEMPO

OBJETIVO

Democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior.

PÚBLICO-ALVO

Estudantes do ensino fundamental, médio e superior.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 159.611.479,00	Empenho Liquidado: R\$ 123.974.271,00 Pago estatais: - Total: R\$ 123.974.271,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE ATENDIMENTO COM PRÁTICAS ESPORTIVAS A ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 1,55% em 30/12/2005
Índice previsto ao final do PPA: 6,5%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

Devido à inconsistência dos dados do Censo Escolar, com relação à realidade dos espaços físicos esportivos na escola, foi preciso readaptar o processo de implantação do programa, de forma a utilizar espaços esportivos fora da escola, visto que os que se apresentavam estavam inutilizáveis ou totalmente ocupados. Assim, para garantir o espaço físico em condições de uso para o público-alvo do programa, em 2005, juntamente com o Ministério do Planejamento, fez-se necessária uma revisão e alteração da taxa de atendimento prevista inicialmente, de modo a contemplar a situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, manteve-se a taxa de atendimento como indicador do programa, alterando-se sua fórmula de cálculo.

2. TAXA DE ATENDIMENTO COM PRÁTICAS ESPORTIVAS A ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: -
Índice previsto ao final do PPA: 11,2%

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:

A taxa de atendimento de alunos do ensino superior, não foi apresentada em 2005 devido ao redimensionamento dado ao programa e em função da inexistência de condições reais para extrair este dado, em separado, do banco de dados de cadastro do programa. Essa questão está sendo trabalhada em 2006, por meio da reestruturação do cadastro e apuração dos dados com maior consistência, visto que está sendo consolidado o Sistema Único de Gestão do Programa, além de uma ação específica junto às instituições de ensino superior, a fim de garantir o atendimento deste público enquanto alvo específico e de grande relevância.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O “Segundo Tempo” tem como foco prioritário o atendimento dos alunos matriculados no ensino público fundamental e médio, priorizando aqueles com renda per capita de até ½ salário mínimo em uma abordagem do esporte que supera a perspectiva mais comum do estímulo à formação de atletas para esportes competitivos. A preocupação do programa pode ser entendida no sentido de contribuir com a formação integral dos beneficiados, por meio de projetos relacionados à prática esportiva. Neste sentido, o esporte é caracterizado como toda forma de atividade física que contribua para a aptidão física, o bem-estar mental, a interação e inclusão social e o exercício da cidadania. Em consequência, o programa passou a incluir atividades de lazer, recreação, práticas esportivas organizadas ou não, esportes competitivos e jogos ou práticas corporais da cultura brasileira, orientadas didático-pedagogicamente por profissionais capacitados. Seu objetivo é de natureza extracurricular e visa a reduzir a marginalização de crianças e adolescentes como complemento às atividades curriculares oferecidas na escola.

A expansão está centrada na formação de parcerias com Estados, Municípios, clubes sociais, entidades do Sistema S (SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE etc.), Forças Armadas, entidades da iniciativa privada e organismos internacionais e não-governamentais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 579.718 alunos beneficiados em 2005, em 22 Unidades da Federação.
- 6.824 ofertas de capacitação continuada aos profissionais de educação física e áreas afins,, por meio de parceria com Universidade de Brasília.

Em 2005 foi dada continuidade ao processo de capacitação de professores e estagiários/monitores que desenvolvem atividades nos núcleos de esporte do programa. Por meio da parceria com o Centro de Ensino à Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB), vem se desenvolvendo a capacitação continuada, modular e semi-presencial que teve sua primeira turma iniciada em abril de 2004. Por meio de projeto modular de capacitação continuada, no ano de 2005, dos 6.824 inscritos, com acompanhamento de tutoria, 2.174 alunos concluíram o Curso de Extensão e 190 concluíram o Curso de Especialização, perfazendo um total de 2.364 alunos já capacitados.

- Assistência preparatória da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a construção e implantação de um sistema de avaliação do programa.

O processo já está em fase conclusiva e prevê-se para o mês de julho de 2006 a entrega do documento final, com a definição dos indicadores de avaliação de projeto esportivo social, bem como o Projeto de Cooperação (PRODOC), que apresentará a metodologia de avaliação para o “Segundo Tempo”.

Como forma de controle da qualidade, estão sendo concebidos indicadores para concepção e teste do Sistema de Avaliação Permanente do programa. Para tal, estão sendo trabalhados indicadores que apresentem capacidade de comparação em nível internacional, sendo, contudo, adequados à avaliação da realidade nacional. Deve-se levar igualmente em consideração, para o estabelecimento destes indicadores, a ausência de estatísticas públicas relativas aos diversos itens de interesse para a estruturação dos mencionados indicadores. Desenvolver e implantar tais mecanismos constitui uma atividade essencial para apontar dados capazes de avaliar o processo de evolução do programa, bem como identificar aspectos a serem aprimorados para o sucesso do mesmo.

- Realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do país.

A ação “Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Esporte Educacional” garantiu a participação de 2.473 beneficiários em três eventos, a saber: Campeonato Mundial Escolar de Futebol de Campo, realizado na Dinamarca; 23ª Universíade de Verão, na Turquia, com participação nas modalidades de atletismo, basquetebol, esgrima, futebol, ginástica, luta olímpica, natação, saltos ornamentais, taekwondo, tênis e voleibol; e Olimpíadas Escolares, em Brasília, nas modalidades de atletismo, basquetebol, handebol, judô, natação, voleibol e xadrez.

- Inauguração dos primeiros cinco núcleos internacionais do programa, beneficiando 1 mil jovens da capital (Luanda) e do interior de Angola.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O programa teve uma execução financeira da ordem de 77,67%. O comportamento da execução financeira das ações ocorreu da seguinte forma: 4377 - “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional” - 87,08%; 5069 - “Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional” - 56,23%; 2364 - “Participação de Delegação Brasileira em Competições Internacionais de Esporte Educacional” - 99,73%; 2626 - “Promoção de Eventos de Esporte Educacional” - 93,2%. As ações 0875 - “Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência” e 2594 - “Concessão de Prêmios sobre o Esporte Educacional” não tiveram execução financeira.

A ação “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional” representa a própria essência do programa, isto é, o seu objetivo central. A ação totalizou em 2005 um atendimento global de 772.828 crianças beneficiadas, das quais 601.044 foram beneficiadas por meio de convênios executados com base no orçamento de 2005 e outras 171.784 crianças e jovens, por meio de parcerias remanescentes de 2003 e 2004 ainda em atividade. É importante ressaltar que, se os recursos no valor de R\$ 45 milhões que foram votados e aprovados pelo Congresso em todas as instâncias tivessem sido liberados em tempo hábil, a Meta Presidencial de um milhão de

crianças para o exercício teria sido praticamente atingida. Deixaram de ser atendidos, quer por inadimplência dos proponentes, quer por indisponibilidade de recursos e, também, pela exigüidade de tempo disponível e condições humanas para a execução do orçamento disponibilizado nos últimos momentos do encerramento do exercício orçamentário 2005, um total 214.100 crianças, oriundas de 68 parcerias firmadas em 17 Estados.

Na ação “Promoção de Eventos de Esporte Educacional”, a previsão era de três eventos, mas, foram realizados oito eventos, fato esse que só foi possibilitado devido a não terem sido utilizados recursos orçamentários do ME para a realização das Olimpíadas Universitárias (JUB’s), como previsto anteriormente e só ter sido custeada uma ação dos Olimpíadas Escolares (JEB’s). Tais eventos (JEB’s e JUB’s) tiveram a parceria do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e recursos oriundos da Lei Agnelo-Piva, o que possibilitou realizar os oitos eventos: Copa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) de Futebol; Encontro Nacional de Capoeira; Competições Estudantis Militares; Campeonato Nacional de Basquete de Rua; Conferência - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente; Jogos Escolares Sul-Americanos; Jogos Escolares Brasileiros – 2ª Etapa e ainda a realização da Jornada de Atividade Física e Esporte em Montes Claros (MG), com a participação de 2 mil pessoas.

O contingenciamento impediu que o programa adquirisse a fluidez necessária ao seu desenvolvimento. Muitos foram os casos de renovação de convênios que ficaram paralisados, aguardando recursos para dar continuidade ao atendimento das crianças e adolescentes beneficiados. Apesar de a dotação ter sido maior do que a do ano anterior, o ME teve que contar com recursos próprios para o desenvolvimento da ação “Reforço Alimentar dos Núcleos de Esporte”. Vale ressaltar que, tanto em 2003 quanto em 2004, essa ação contou com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) em 2003 e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003 e 2004. Além disso, foi incorporado o valor de R\$ 600,00 para que cada núcleo de esporte (a cada 200 crianças) adquirisse material didático-esportivo suplementar, necessário à implementação de suas atividades e não fornecido pelo programa “Pintando a Liberdade”, que é o responsável pela produção e distribuição do material esportivo (bolas e redes) e camisetas das crianças e adolescentes do “Segundo Tempo”.

Tal aspecto é de fundamental importância para manter a criança no contra-turno escolar. Nesse sentido, foram estabelecidos contatos com os programas “PETI” e “Bolsa Família”, tendo sido preparada uma minuta de termo de cooperação a ser assinado em 2006, de modo a estabelecer a parceria e o formato entre os três programas e os dois Ministérios (ME e MDS). Com o MEC foi assinado em dezembro de 2005 um novo termo de cooperação que não menciona diretamente o programa “Segundo Tempo”, mas prevê as ações que possibilitarão maior articulação entre estes dois Ministérios. O incremento da ação de reforço alimentar do programa “Segundo Tempo” equivale a mais de 30% do valor necessário à implantação de um núcleo. Observe-se, ainda, a dificuldade de, com os atuais R\$ 0,50 por dia, oferecer à criança um lanche com a qualidade nutricional adequada, referendada por um profissional da área – nutricionista.

A descontinuidade do fluxo orçamentário impactou na execução do programa, causando “gargalos” em determinados períodos. Ao fim do exercício 2005, entidades

públicas deixaram de ser atendidas, quer por inadimplência à época, quer por escassez de recursos ou a impossibilidade de renovação imediata dos convênios, uma vez que, nos termos da Lei nº. 8.666/93, não podiam ser aditivados em mais de 25%. Por se tratar de um programa continuado e social, faz-se necessário rever os procedimentos de renovação de convênios e outros instrumentos legais, de modo a garantir a continuidade dos projetos de forma ágil e a manutenção das atividades esportivas junto às crianças, evitando a descontinuidade que ocasiona a evasão e desmotivação dos alunos, bem como da comunidade local que muitas vezes encontra-se envolvida.

Algumas ações do programa não tiveram recursos liberados para a sua execução. Em outros casos, como o da principal ação, 4377 - "Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional", houve um montante de recursos liberados, apenas, no final do exercício, impedindo, inclusive por falta de tempo hábil para a correta instrução dos processos, a renovação de algumas parcerias e a implantação de diversas outras. Além disso, a existência de restos a pagar relativos a 2004 interferiram na alocação de recursos para novas parcerias.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura, há escassez de equipamentos, material de expediente, suprimentos de informática e computadores, linhas telefônicas e móveis, notadamente armários e estantes para a guarda de documentos e processos. O espaço físico, bastante reduzido e dividido de forma inadequada, limita a atividade dos técnicos. Enquanto uns trabalham na redação dos pareceres, outros estão recebendo o público externo, o que interfere na consecução das tarefas.

Registre-se que o programa conta com apenas seis técnicos habilitados para toda a instrução dos processos dos convênios, desde a parte relativa à orientação dos parceiros até à emissão dos pareceres técnicos para a concessão de recursos. Apesar de existirem muitos profissionais lotados na Secretaria gestora do programa, os mesmos, em sua grande maioria, não possuem competência técnica ou administrativa para analisar os pleitos.

Um dos grandes entraves sofridos pelo programa em 2005 foi o atraso das entidades parceiras, principalmente das esferas estadual e municipal, em concluir seus processos de prestação de contas de convênios anteriores, quer por questões meramente burocráticas e administrativas, quer por mudanças na gestão, estas em nível municipal (novos prefeitos eleitos em 2004). Além disso, o grande número de inadimplências de entes municipais colaborou para a não renovação de parcerias de convênios oriundos desta esfera administrativa.

Apesar de o Ministério do Esporte ter assinado termos de cooperação técnica com outras pastas, no exercício de 2005 não houve ação conjunta, sequer no que concerne a recursos disponibilizados ao ME para a execução da ação de reforço alimentar do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

É importante destacar que os gestores locais do programa, principalmente depois que começou a ser implementada a sub-ação de capacitação do "Segundo Tempo", têm contribuído para o desempenho do programa, em função de estar sendo observada a importância de se seguir os princípios que o norteiam. Por meio da "Central de

Relacionamento”, a gestão do programa tem tido condições de interlocução com os parceiros nos diversos Estados, inclusive tendo monitorado o desenvolvimento das ações e colhido exemplos de práticas que têm agregado valor ao trabalho desenvolvido nos núcleos de esporte.

O quadro abaixo consolida o desempenho da ação, levando-se em consideração os gastos por parceiro e o número de crianças atendidas, de núcleos implantados e de Municípios atendidos. Alguns aspectos se destacam, por exemplo: verifica-se que a maioria dos recursos (59,27%) estão concentrados nas parcerias com Organizações não governamentais (ONG’s) e que os custos médios por crianças atendidas não são uniformes nos segmentos parceiros: Forças Armadas – R\$ 913,57; Estados – R\$ 135,25; Municípios - R\$ 114,65; ONGs – R\$ 185,91. Na distribuição de recursos por Unidade da Federação, o Distrito Federal ficou com 23,79% do total, tendo ainda o maior custo médio por criança beneficiada, isto é, R\$ 278,55. No caminho inverso, Mato Grosso fica com a menor média – R\$ 73,95.

Referência	CONVÊNIOS FIRMADOS EM 2005					
	F. Armadas	Estados	Municípios	Ong’s	Unb/ Unesco	Total
Valor da Ação em R\$	1.370.264,56	6.040.467,00	29.555.769,62	55.230.010,82	979.840,00	93.181.352,00
Crianças Beneficiadas	1.500	44.660	257.799	297.085	-	601.044
Núcleos Implantados	12	229	931	1.081	-	2.253
Municípios Atendidos	11	131	92	264	Nacional	498

Fonte: Ministério do Esporte

Com relação aos mecanismos de monitoramento, é exigido dos parceiros dos convênios o envio de relatórios trimestrais, que seguem um modelo elaborado pela equipe do programa. O instrumento é detalhado e cobra informações específicas. O “Segundo Tempo” possui um setor denominado “Central de Relacionamento”, responsável pelo gerenciamento de um sistema de cadastramento de todas as crianças, profissionais e núcleos apoiados. Cumpre observar que também são realizadas, por amostragem, algumas vistorias *in loco*, limitadas, entretanto, pelas restrições orçamentárias e financeiras.

Os gastos com a “Gestão e Administração do Programa (GAP)” representam percentual reduzido que poderia vir a ser ampliado, caso as vistorias *in loco*, tão necessárias ao monitoramento e controle, e os encontros nacionais de gestores do programa pudessem vir a ser realizados com maior frequência. Os recursos desta ação foram desembolsados para cobrir os gastos com passagens e diárias. Sua contribuição para a implementação das outras ações é fundamental, tendo em vista que algumas das viagens realizadas constituíram mecanismos de monitoramento e controle do programa. No entanto, existem dificuldades de ordem financeira e administrativa, já que o gerenciamento destes recursos não é feito pela gerência do programa e sim, pela área meio.

Outros aspectos podem ser observados para o aperfeiçoamento do programa:

- O programa “Pintando a Liberdade” tem interface direta com o programa “Segundo Tempo”, no que se refere ao atendimento das crianças e adolescentes por meio do material esportivo distribuído nos núcleos de esporte e dos uniformes (camisetas) disponibilizados a cada criança e jovem. Neste sentido, para garantir a confecção das camisetas previstas para o atendimento do público-alvo do “Segundo Tempo”, faz-se necessário um reforço orçamentário para o “Pintando a Liberdade” ou para a ação “Funcionamento de Núcleos do Segundo Tempo”. Desta forma, poder-se-ia repassar aos parceiros, que têm convênio com os dois programas, recursos para a confecção do citado material, indispensável ao bom desenvolvimento das atividades dos núcleos. Cabe ressaltar que, no exercício de 2005, esse fato já ocorreu, através de convênios com a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS/BA) e a Associação do Mutuário do Bairro Santa Etelvina (ACETEL/SP), a fim de garantir uma produção de camisetas que possibilitou o atendimento mínimo de uma camiseta para cada integrante dos núcleos de esporte educacional em 2005.
- O estabelecimento de parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do programa “Primeiro Emprego” e de recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), também poderá ampliar o atendimento já existente, beneficiando um maior número de crianças e adolescentes, de modo a garantir recursos humanos capacitados e qualificados, pela destinação de recursos orçamentários para pagamento da bolsa estagiário/monitor, atualmente atendida com recursos do ME. Este processo de articulação encontrava-se em desenvolvimento, junto ao departamento específico que gerencia o programa “Primeiro Emprego” e, atualmente, encontra-se em renegociação, devido à troca de Ministro. Iniciou-se um processo de articulação por meio de representatividade deste Ministério no Grupo de Trabalho do Programa Primeiro Emprego, ainda não articulado formalmente. Realizou-se reunião com o Consórcio da Juventude de São Paulo, no intuito de tomar ciência da realidade e necessidades das atividades desenvolvidas por meio do “Primeiro Emprego” naquele Estado, a fim de efetivar parceria para início em 2006.

RECOMENDAÇÕES

- Aprimorar e implantar mecanismos eficientes de monitoramento da execução do programa, vinculando a obrigatoriedade do cadastramento à liberação dos recursos pactuados, conforme determina a Portaria ME nº. 123/05.
- Aplicar os procedimentos de identificação da proposta pedagógica já definidos, com vistas a assegurar o estabelecimento de parcerias que possuam estrutura para a execução das ações, assim possibilitando maior controle da sua aderência e cumprimento.
- Estabelecer parcerias com os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), objetivando ampliar o controle social do programa.
- Promover permanente articulação com as prefeituras dos Municípios contemplados com recursos do programa, no sentido de assegurar a disponibilização de espaços públicos apropriados para a realização das

atividades, inclusive na elaboração e envio de lista de Municípios atendidos pelo programa e carentes de infra-estrutura esportiva aos presidentes das Comissões de Educação do Senado Federal, de Turismo e Desporto da Câmara Federal e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, como subsídio ao processo de discussão da proposta orçamentária, de modo a otimizar a distribuição dos recursos e oferecer maior disponibilidade de infra-estrutura esportiva para os núcleos.

- Estabelecer parâmetro, de acordo com a esfera administrativa da parceria firmada e em razão da variação das ações e seus respectivos custos, para que os convênios firmados atendam ao custo médio padrão /ano por criança/adolescente.
- Necessidade de interlocução com o MDS e o FNDE, no sentido de compartilhar com estes, por meio de seus programas estratégicos, a ação de reforço alimentar.